PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL

Instituto Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon Natal

Núcleo de Pesquisa

Audiência Pública na Câmara municipal de Natal – junho de 2021

PROCON NATAL PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE AUMENTO DE PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS EM NATAL.

Aos 15 dias do mês junho de 2021, representando o Procon Natal, o diretor técnico Diogo Capuxú Roque, o pesquisador Alessandro M. D. Marques e a servidora Ana Paula P. David, compareceram à Câmara Municipal de Natal para participar da audiência pública sobre o aumento dos preços dos combustíveis. O debate se deu com os representantes da Companhia Potiguar de Gás – Potigás, o diretor técnico Sérgio Henrique, do Sindicato dos Revendedores Autorizados de Gás Liquefeito de Petróleo – Singás/RN, o presidente Francisco Alessandro Correia e o Sindicato do Comércio Varejista dos Derivados de Petróleo do Rio Grande do Norte – Sindipostos/RN, o presidente Antônio Sales, e ainda os membros da comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de Natal, a vereadora Camila Araújo, e os vereadores Kleber Fernandes, Eribaldo Medeiro e Chagas Catarino, objetivando avaliar se o mercado local tem praticado preços abusivos.

Já na abertura dos trabalhos, a presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, a vereadora Camila Araújo (PSD) leu o parecer da Promotoria de Defesa do Consumidor do Ministério Público Estadual, emitido em resposta a solicitação da referida comissão, onde apurou suspeita de prática abusiva de preço pelos postos de combustíveis. Por não encontrar elementos que comprovem tal prática, o Ministério Publico opinou pelo arquivamento da matéria hora discutida.

O presidente do Singás, apresentou planilhas demostrando os aumentos sucessivos do botijão de gás GLP de 13 kg praticados pela Petrobras em que o acumulado desde de 2020 até a atualidade atingiu a marca de 15(quinze) episódios de aumento. Desta forma a categoria está apenas repassando os aumentos recebidos ao consumidor final. Alegou ainda que o governo federal tem o monopólio da distribuição e esse produto sofre influência da moeda internacional. Defendendo a abertura do mercado para empresas estrangeiras, visando aplicação da ampla concorrência.

Para o presidente do Sindipostos, "*os donos de postos são meros repassadores de impostos aos governos, uma vez que o posto de combustível não produz gasolina*", apresentou planilha de margem da receita bruta dos postos, que gira em torno de 10% a 15 %, além de sugerir uma campanha educativa para os consumidores entenderem os reajustes do setor. Declarou-se ainda impedido, pela função que ocupa, de se pronunciar sobre a prática de formação de preço de seus sindicalizados.

O diretor da Potigás apresentou os valores dos investimentos que a empresa está fazendo na logística de distribuição desse combustível até chegar ao consumidor final. Apresentou ainda a margem de composição do Gás Natural veicular – GNV, de R$ 4,21, em média nos postos sendo a tarifa da Potigás de R$ 3,33 por m^3do combustível, e salientou a vantagem econômica do GNV em comparação da gasolina e o etanol.

O Procon Natal, apresentou, planilha de formação de preços da gasolina para o consumidor final, com seus percentuais para cada item, apresentou também a formação de preço médio ponderado final, o PMPF, utilizado pelo governo estadual, para cobrança do ICMS. Mostrou ainda as propostas em discussão no âmbito do governo federal em relação as mudanças sobre as cobranças que incidem nos preços dos combustíveis, por fim foram apresentadas as planilhas de variação de preços entre o maior e menor preços encontrados pelo órgão em pesquisa mensal.

O vice-presidente da comissão, o vereador Kleber Fernandes do (PSDB), explanou sobre o Art. 39 do Código de Defesa do Consumidor, que explica sobre a prática abusiva no comércio e elevação sem justa causa de produto ou serviço, e explicou da dificuldade de se provar sobre formação de cartel, e disse "*O fato é que estamos sofrendo com os sucessivos aumentos dos preços e precisamos de uma intervenção fiscal e tributária do governo, pois todo impacto financeiro que chega ao consumidor reflete no aspecto econômico e social*".

Diante do entendimento do Ministério Público Estadual, pelo arquivamento da solicitação da Comissão de Direito do Consumidor da Câmara Municipal de Natal sobre a cobrança abusiva dos preços de combustíveis, o debate trouxe esclarecimentos sobre os motivos pelos quais o consumidor tem constantemente presenciado os aumentos dos preços dos combustíveis, no entanto não restou comprovada formação de cartel.

NÚCLEO DE PESQUISA - PROCON NATAL

Alessandro M. D. Marques
Mat. 27.161-6

Diogo Capuxú Roque
Diretor Técnico